

Estados recorrem ao Congresso

Projeto prevê alongamento das dívidas e redução dos juros

por Líliliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Cansados de peregrinar pelos gabinetes de Brasília, governadores de sete estados pequenos, mergulhados em grave crise financeira, decidiram encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de resolução

alongando os prazos de pagamento e reduzindo as taxas de juro das dívidas contratuais. O caminho da negociação será tentado mais uma vez — principalmente porque o governo federal precisa do apoio dos governadores para aprovar a emenda da reeleição —, mas a estratégia é fazer uma pressão mais forte usando o poder das bancadas federais.

As mudanças que vierem a ser feitas nas atuais regras de pagamento das dívidas de curto prazo dos estados por meio de resolução não poderão ser vetadas pelo presidente da República, uma vez que é competência exclusiva do Senado tratar dessa matéria. Por isso, os governadores reunidos anteontem em Vitória optaram por essa proposta, que será levada ao encontro de todos os governadores na segunda-feira, em São Paulo. A meta é conseguir o apoio de estados com maior influência política, como São Paulo e Minas Gerais.

Os estados de pequeno porte que discutiram em Vitória uma agenda comum de reivindicação ao governo federal querem renegociar as dívidas contratuais (de curto prazo), inclusive o estoque refinanciado em 1994, nas mesmas condições concedidas na rolagem da dívida mobiliária do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os mesmos benefícios — prazo de trinta anos e juros subsidiados de 6% ao ano — provavelmente serão estendidos também a São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje, os juros médios cobrados pela União das dívidas contratuais são de cerca de 40% ao ano.

A idéia de encaminhar ao Congresso um projeto de resolução para transformar em lei os pleitos dos estados que foi apresentado na reu-

nião de Vitória pelo governador Divaldo Suruagy (PMDB), de Alagoas, que está na pior situação financeira. A folha de salários está com pagamento atrasado há cinco meses. Todos os governadores manifestaram sua insatisfação com os resultados das negociações que vêm sendo realizadas há um ano com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e com o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal.

“Voltar a procurar o presidente Fernando Henrique Cardoso não adianta mais. Lá, ele diz sim às nossas reivindicações, mas nos encaminha para o Pedro Parente e o Murilo Portugal, que complicam tudo”, desabafou um dos governadores presentes ao encontro, que reuniu Victor Buaiz (Espírito Santo), Miguel Arraes (Pernambuco), Divaldo Suruagy (Alagoas), Amazonino Mendes (Amazonas), Francisco de Assis de Moraes e Sousa (Piauí), Garibaldi Alves Filho (Rio Grande do Norte), Paulo Afonso Vieira (Santa Catarina) e Donald Rodrigues Lima, representante do governo de Goiás,

No final do ano passado, o governo federal estabeleceu uma medida provisória, negociada com o Congresso, abrindo linhas de financiamento para os estados que quisessem fazer programas de demissão voluntária e privatizar empresas estatais. Os governadores estão preocupados em passar os próximos dois anos de seus mandatos sem recursos para investir. Na maioria deles, a folha de funcionários consome mais de 60% da receita líquida e o que sobra mal dá para pagar as dívidas junto à União, faltando recursos até mesmo para despesas de custeio.